

UM MUNDO INCLUSIVO É POSSÍVEL?

Ronald Lobato

Autor para correspondência: Ronald Lobato - ronaldlobato@hotmail.com

Economista pela UFRJ, Especialização em Estudos Avançados na Universidade de Barcelona em

Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional e ex-secretário do Planejamento do Estado da Bahia

A história da humanidade é um pouco a história do crescimento das forças produtivas, o que inclui desenvolvimento tecnológico e evolução dos sistemas culturais, sociais e organizativos.

O fato é que ao longo dos tempos, estudando a história se vê quanto caminhamos.

Mas para responder à pergunta do título deste artigo, convém encurtar a história e destacar a superação do feudalismo e mercantilismo, pelo modo de produção que se convencionou chamar de capitalismo.

Na verdade, para conquistar o direito de diversificar e multiplicar as unidades produtivas e incluir novos segmentos sociais, foi preciso realizar revoluções que abalaram sistemas monárquicos, como na Inglaterra, suprimiram outros, como na França, e implicaram na independência de países como os Estados Unidos da América do Norte.

Diferentes, mas com núcleos culturais bem claros e próximos. Revoluções que pregavam a liberdade, contestavam o poder do Estado, arbitrário no controle das atividades produtivas e de serviços, propugnavam pela economia de mercado, contestando resquícios feudais e monárquicos, ou adaptando-os de forma a modificar sua essência.

Como implicava no corte dos donos do poder, a questão democrática que pouco a pouco foi abrangendo segmentos anteriormente discriminados, com a compreensão de que todo ser humano era digno da cidadania.

Com o direito de participar na seleção de leis, normas e destino da sociedade, de opinar e pensar sem censura. Mesmo admitindo que muitas vezes, os que tinham poder tentavam e conseguiam bloquear o mercado livre e o direito das pessoas, pois somos humanos e quem tem poder social, político e econômico tende a querer usar estas vantagens relativas para influenciar nas normas, nas leis e os comportamentos de forma a torná-los “mais iguais” que os demais.

E essa tendência de abuso do poder, tão bem analisada pelos economistas neo-clássicos, que identificaram e analisaram o que conspirava contra a concorrência perfeita, sempre permitiu em maior ou menor grau a formação de cartéis, oligopólios e monopólios, bem como sociedades com regimes policiais, de exceção e totalmente ditatoriais.

E todas as crises que tivemos, a partir do século passado, foram originadas de características socialmente patológicas das degenerescências apontadas acima. A Primeira e a Segunda Guerra

Mundial, a Crise de 29, As guerras de conquista reeditando o colonialismo que houve antes do capitalismo e sobreviveu durante toda sua existência, etc.

Até que a partir dos anos 80 do século passado, mas com fato emblemático ocorrido na década anterior, o abandono unilateral pelos EUA da conversibilidade de sua moeda em ouro, o que eram tendências oligopólicas foram se tornando mais dominantes e hegemônicas no concerto das nações e nos países isoladamente.

Este processo acelerou com a queda, sem guerras e sem conflitos maiores, da quase totalidade do socialismo real.

Junto com o fortalecimento de uma doutrina quase religiosa, que acredita que toda a riqueza é não só legítima, como proporciona eficiência e eficácia ao sistema econômico, gerou o predomínio de doutrina que entende que sem controle social e com governos reduzidos à sua expressão mínima, se pode confiar na mão invisível de Adam Smith¹ que, não tão ingênuo, recomendava que se tomasse cuidado com as imperfeições do mercado.

O fato é que tem havido uma involução econômica, mas também social e política significativa, um pouco determinada pela desregulamentação do mercado e outro tanto determinada pelo triunfo de alguns postulados quase religiosos sobre a economia e a sociedade que estão sendo aceitas por grande parte da sociedade.

O economista francês Piketty² têm demonstrado que a prevalência destas doutrinas fez com que, no século passado, principalmente a partir da sua segunda metade, voltássemos a ter níveis de desigualdade semelhantes aos péssimos indicadores que tínhamos no final do século XIX.

As crises do fim do século e, a pior delas, que se consolidou em 2008 e ainda não foi superada, foi gerada pela doutrina neoliberal que advoga a desregulamentação da atividade econômica e recomenda a concentração da renda e do poder como forma de garantir crescimento da sociedade. Entretanto, esta doutrina não tem sabido entregar seu paraíso. A Europa não conseguiu sair da crise e os países que estão menos sacrificados são os menos

apologéticos das recomendações religiosas do Fundo Monetário Internacional (FMI), como o próprio recentemente reconheceu. Os Estados Unidos, que sofreu menos, não privatizou suas empresas públicas - federais, estaduais e municipais - que lá são efetivamente relevantes, apresentam taxas de desemprego e de informalização do trabalho crescente, aumento preocupante da miséria e concentração de renda.

Mesmo assim, apesar de a crise não ter sofrido nenhuma influência do pensamento e da ação da esquerda progressista remanescente no mundo, a concepção ideológica que exerce esta hegemonia sobre as sociedades é, com pequenas diferenças, mundial e, sem dúvida, motivadora das seguidas crises econômicas e políticas pelas quais o mundo vem passando.

Significa dizer que apesar do fracasso pragmático da doutrina dita neo-liberal, porque nada tem de libertária, mas sim de controle da maioria pela minoria poderosa, a deterioração das sociedades se espalha ao longo do mundo, principalmente entre os países mais fracos, os com menos autonomia e os de cultura, *latu sensu*, menos diversificadas.

Significa também o desgaste ou abandono de máximas ou diretrizes filosóficas básicas do pensamento liberal, tais como a defesa dos fracos, a igualdade de oportunidades, a imprensa livre. Substituídas pela alteração/consolidação de regimes quase policiais e de exceção, reprimindo segmentos importantes da sociedade, ou quem a eles se opõem, até nos EUA onde a revolução da independência cunhou o conceito de que cada cidadão deveria se armar para impedir que o governo usasse sua força para dominar sociedade de forma não democrática.

Princípios e direitos foram esquecidos e principalmente um direito e objetivo fundamental: o de busca da felicidade. Substituído por um argentarismo e consumismo capazes de nos levar a barbárie e à infelicidade social e também pessoal. No Brasil, ao invés de valorizarmos a nossa escala, a nossa população, a nossa diversidade, a nossa riqueza nacional natural, também aderimos a uma defesa hipócrita do equilíbrio orçamentário e aos princípios da doutrina neo-liberal.

Hipócrita porque propõe diminuir ainda mais os serviços públicos em saúde, educação, segurança, em nome de uma austeridade irrealista. Projeto que não considera a necessidade de uma reforma tributária inclusiva, capaz de reduzir a carga tributária, diminuindo os impostos sobre o consumo, mas reproduzindo os parâmetros dos outros países capitalistas no que diz respeito aos impostos sobre a renda e o patrimônio.

Sem este programa complexo a equação do equilíbrio é insustentável, pois os cortes nas despesas e nos investimentos públicos, geram redução das atividades e da arrecadação de tributos, formando um círculo vicioso de deterioração como assistimos desde 2015. Agravado agora em 2016, a partir de maio, quando recrudescer a inspiração neo-liberal, acompanhada da orientação de desinvestimento público, redução das despesas públicas, ao mesmo tempo que erráticamente algumas são aumentadas. E tudo isso sem tentar resolver o problema da dívida interna e os juros praticados no país, usando como argumento que a única forma de combater a componente demanda da nossa inflação através dos elevadíssimos juros da taxa SELIC e dos bancos, que ficaram sem controle a partir da liberação da lei de usura decidida nos anos 90. Disputa-se, com razão, os aumentos nos impostos sobre o consumo, da ordem de 0,5 a 2% e não se comenta a componente inflacionária e tragédia social resultantes de juros da ordem de 300% ao ano.

O resultado é, entre outros, a migração total ou parcial de muitos empresários da condição de empreendedor para a de rentista, o que, definitivamente, acelera a disfuncionalidade de um capitalismo que não percebe que a macrocefalia do setor financeiro cancela sua fundamental importância no funcionamento do sistema de mercado, para sua desfiguração e perda de eficiência.

Piketty², otimista ou ingênuo, clama pela clarividência dos líderes empresariais e da sociedade em perceber para onde estamos sendo levados pelas tendências dominantes a partir da segunda metade do século passado.

Mas não deixa dúvida para onde as curvas destas estradas da realidade estão nos levando.

Não perceber que, incorporar massas ao mercado

de consumo, promover a cidadania e os direitos de toda a sociedade, principalmente de suas minorias, cobrar impostos na proporção da renda e patrimônio do que cada um dispõe é a forma capaz de garantir mercado, acelerar o desenvolvimento tecnológico, a eficiência e eficácia da economia e da sociedade demonstra uma miopia abissal que nos levará de volta à barbárie, que no século passado pensávamos que tivesse sido superada para sempre.

REFERÊNCIAS

1. Smith A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3^o edição. Rio de Janeiro: WMF Martins Fontes; 2016. P.371-399
2. Piketty T. O Capital no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda; 2013. P. 457-498